

**Nº 101**

---

**A DINÂMICA DA INFLAÇÃO BRASILEIRA:  
CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA  
DESAGREGAÇÃO DO IPCA**

**21 de julho de 2011**



**Governo Federal**  
**Secretaria de Assuntos Estratégicos da**  
**Presidência da República**

**Ministro** Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**

Marcio Pochmann

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Ferreira

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e**  
**Políticas Internacionais**

Mário Lisboa Theodoro

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das**  
**Instituições e da Democracia**

José Celso Pereira Cardoso Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas**  
**Macroeconômicas**

João Sicsú

**Diretora de Estudos e Políticas Regionais,**  
**Urbanas e Ambientais**

Liana Maria da Frota Carleial

**Diretor de Políticas Setoriais de Inovação,**  
**Regulação e Infraestrutura**

Márcio Wohlers de Almeida

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Jorge Abrahão de Castro

**Chefe de Gabinete**

Pérsio Marco Antonio Davison

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

**Comunicados do Ipea**

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

## 1. Introdução<sup>1</sup>

Este Comunicado discute a dinâmica inflacionária brasileira na última década, com maior detalhamento no período desde 2007. A análise tem como foco a decomposição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apontando quais são os grupos de preços mais influentes e como podem estar relacionados às mudanças recentes na trajetória de crescimento da economia brasileira.

Para os anos mais recentes, observou-se um padrão em que os *alimentos e bebidas* e os *serviços* apresentaram taxas de variação de preços acima do centro da meta para o IPCA, enquanto as taxas dos *monitorados* e *produtos industrializados* foram inferiores à meta. A evolução dos quatro grupos é relacionada, respectivamente, a: i) alta internacional dos preços de *commodities*; ii) melhora da distribuição de renda e do mercado de trabalho; iii) mudanças na regulação dos preços administrados e iv) apreciação cambial e ganhos de produtividade.

O texto está dividido em sete seções. Após essa introdução, a segunda seção discute o padrão de crescimento brasileiro e apresenta as linhas gerais da composição da inflação de 2000 ao primeiro semestre de 2011. Cada um dos quatro agrupamentos de preços – alimentos e bebidas, serviços, monitorados e industrializados – é discutido detalhadamente nas seções de três a seis, para o período de 2007 a junho de 2011. A sétima seção apresenta as considerações finais, sintetizando a dinâmica inflacionária e implicações para o padrão atual de crescimento brasileiro.

## 2. Padrão de crescimento e composição da inflação

De 1995 a 2003 a taxa de crescimento média do PIB real foi de 2,18% ao ano, enquanto de 2004 a 2010 o crescimento médio subiu para 4,42% (fonte: Ipeadata). Amitrano (2010) associa essas taxas mais elevadas ao surgimento de um novo regime de crescimento, consubstanciado em alterações no regime de demanda, regime de produtividade e alívio da restrição externa.

A força motora do novo regime é o mercado interno, fomentado pela melhora na distribuição de renda e redução da pobreza, expansão do crédito e recuperação relativa da renda do trabalho. Os instrumentos principais da intervenção governamental sobre a distribuição de renda e redução da pobreza são a política de valorização do salário

---

<sup>1</sup> Colaborou para a execução deste Comunicado Thiago Sevilhano Martinez, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea (Dimac)

mínimo e os programas sociais de transferência de renda. Embora já houvesse um movimento anterior de recuperação do valor real do salário mínimo, a partir de 2004 ele passa a ser mais intenso e em 2007 culmina em uma regra explícita de indexação do salário mínimo à inflação do ano anterior mais o crescimento real do PIB de dois anos anteriores. A elevação do salário mínimo impacta diretamente a distribuição da renda por ser o piso dos pagamentos previdenciários e da remuneração de contratos formais de trabalho, mas também indiretamente ao fortalecer o poder de barganha de trabalhadores na negociação de suas remunerações, que têm o mínimo como referência. As transferências de renda às famílias por meio de programas sociais, especialmente por meio do programa Bolsa Família criado em 2004, cresceram em ritmo acelerado.

Esse direcionamento de recursos para as transferências às famílias teve implicações fiscais vultosas. Segundo Orair e Gobetti (2010), de 2004 até o primeiro semestre de 2010 as transferências às famílias responderam por quase 80% da expansão das despesas não-financeiras da União. Do aumento total nas transferências às famílias, no mínimo um terço é diretamente observável como resultado da valorização do salário mínimo (12,2% dos benefícios previdenciários do regime geral no valor do salário mínimo e 10,3% dos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) no valor do salário mínimo) e da ampliação dos programas sociais de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família (12%). Conforme Barbosa e Souza (2010), a adoção dessa estratégia foi possível sem gerar desequilíbrios fiscais porque foi conduzida dentro dos limites do aumento de arrecadação bruta gerado pela aceleração do crescimento econômico e maior grau de formalização dos contratos, de maneira a manter estável a carga tributária líquida.

Além da maior distribuição de renda e diminuição da pobreza, a expansão do crédito às famílias foi essencial para fomentar o mercado interno. A criação do crédito consignado no final de 2003 e sua vigorosa disseminação a partir de 2004 dinamizou o consumo privado. O crédito imobiliário também cresceu mediante incentivos governamentais, especialmente a partir de 2008. Por fim, o mercado interno passou a ser realimentado pelos efeitos positivos do crescimento econômico e redistribuição de renda sobre o mercado de trabalho: queda do desemprego, expansão da massa salarial e formalização de postos de trabalho (Amitrano, 2010).

A capacidade de oferta da economia também se expandiu em parte seguindo a demanda, em parte por políticas governamentais adotadas para esse fim. O dinamismo

da economia, baseado nessas mudanças que fortaleceram o mercado interno de forma estrutural, associado à manutenção da estabilidade econômica com o trinômio metas de inflação, câmbio flutuante e metas de superávit primário, formaram o ambiente de confiança necessário para a expansão dos investimentos do setor privado. O governo também adotou políticas diversas para incentivar o investimento privado e ampliou o investimento público. Cabe destaque ao aumento dos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e a expansão de investimentos da Petrobras. Por fim, a apreciação da taxa de câmbio barateou o custo da importação de máquinas para a formação bruta de capital fixo. Enquanto de 2000 a 2005 a produtividade do trabalho na economia brasileira manteve-se constante, de 2006 a 2008 ela cresceu 9% de acordo com dados das contas nacionais (Squeff, 2011).

A viabilidade desse regime de crescimento esteve escorada no alívio da restrição externa, proporcionado pelo impulso às exportações brasileiras com a alta dos preços de commodities a partir de 2003. O ingresso de capitais externos, atraídos pela situação favorável da economia brasileira e pela alta taxa de juros, também contribuiu decisivamente a esse resultado. A partir de 2006, o governo federal adotou uma política de acumulação de reservas internacionais aproveitando a abundância de divisas, que de US\$ 55 bilhões ao final de 2005 passaram a US\$ 207 bilhões no fim de 2007 (Barbosa e Souza, 2010). Esse estoque de reservas foi crucial durante a crise internacional de 2009, permitindo que fossem tomadas políticas anticíclicas para a recuperação rápida da economia nacional. Apesar da recessão em 2009, em 2010 já foi retomado o ritmo de crescimento econômico característico do atual modelo brasileiro.

O controle da inflação foi mantido mesmo sob o ritmo de crescimento mais intenso. Desde 2004, as metas de inflação foram atingidas em todos os anos. A taxa de juros básica entrou em trajetória declinante, chegando a um patamar abaixo de um dígito durante a crise de 2009.

Após essas considerações, o presente estudo passa a analisar, a partir da desagregação do IPCA, como os grupos de preços ao consumidor e a dinâmica inflacionária foram afetados pelas transformações estruturais ligadas ao novo regime de crescimento brasileiro.

A Tabela 1 apresenta a decomposição do IPCA em quatro grandes agrupamentos: *alimentos e bebidas, serviços, monitorados e industrializados*.<sup>2</sup> A primeira coluna da tabela mostra o peso médio entre 2000 e 2010 de cada agrupamento no IPCA, as próximas representam as variações percentuais do IPCA acumuladas em 12 meses para os anos de 2000 a 2010, além do mês de junho de 2011. As células destacadas correspondem a anos em que a taxa de variação do agrupamento em questão ficou acima da banda superior da meta de inflação.

**Tabela 1: Composição da inflação medida pelo IPCA, 2000 a junho de 2011**

Peso médio no IPCA e variação percentual de preços acumulada em 12 meses.

Agrupamentos	Peso médio	Variação %											
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	jun11
Alimentos e bebidas	22,3	4,9	<b>11,1</b>	<b>20,7</b>	8,5	4,7	2,8	1,7	<b>10,8</b>	<b>11,1</b>	3,2	<b>10,4</b>	<b>8,9</b>
Serviços	23,0	3,2	4,9	5,5	7,2	5,5	6,8	5,5	5,2	5,5	5,5	<b>7,6</b>	<b>8,7</b>
Monitorados	31,5	<b>11,1</b>	<b>9,5</b>	<b>14,7</b>	<b>13,0</b>	<b>9,8</b>	<b>8,6</b>	4,2	1,7	3,2	4,9	3,1	6,0
Industrializados	23,1	5,1	<b>6,2</b>	<b>9,6</b>	8,0	<b>9,0</b>	4,2	1,4	2,1	4,1	2,8	3,5	3,5
IPCA	100	<b>5,97</b>	<b>7,67</b>	<b>12,53</b>	<b>9,30</b>	<b>7,60</b>	<b>5,67</b>	<b>3,13</b>	<b>4,46</b>	<b>5,90</b>	<b>4,31</b>	<b>5,91</b>	<b>6,71</b>
Meta de inflação	centro	6,0	4,0	3,5	8,5	5,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
	banda	± 2	± 2	± 2	± 2,5	± 2,5	± 2,5	± 2	± 2	± 2	± 2	± 2	± 2

Fonte: IBGE e BCB. Elaboração Ipea.

A decomposição da inflação é apresentada sob outra perspectiva na Tabela 2. O **Índice de Pressão sobre a Meta de Inflação (IPMI)** mede a contribuição de cada bem ou serviço para o desvio do IPCA em relação ao centro da meta de inflação. Assim, a soma dos índices calculados para cada um dos grupos resulta no desvio do IPCA em relação ao centro da meta em um período de 12 meses<sup>3</sup>.

Como já identificado em Martinez e Cerqueira (2011), no período de 2000 a 2010 há uma segmentação em duas dinâmicas inflacionárias distintas: antes e depois de 2006. Na primeira metade da década, duas crises cambiais em 2001 e 2002 impossibilitaram o cumprimento das metas de inflação nesses anos e tornaram necessário redefinir para cima a meta para o próprio ano em 2003.

<sup>2</sup> Para os quatro agrupamentos principais, foi utilizada mesma divisão da Curva de Phillips com preços desagregados incorporada recentemente pelo Banco Central ao seu rol de modelos de previsão de inflação (BCB, 2010).

<sup>3</sup> A metodologia de cálculo do IPMI está descrita em Martinez e Cerqueira (2011). Sinteticamente, o índice consiste em calcular mensalmente o desvio da taxa de variação do preço em questão em relação ao centro da meta de inflação do IPCA, convertida a uma escala mensal. Os desvios são acumulados em 12 meses ponderando pelo peso do bem no IPCA em cada mês.

**Tabela 2: Índice de Pressão sobre a Meta de Inflação, 2000 a junho de 2011**

Contribuição dos agrupamentos para o desvio da variação do IPCA acumulado em 12 meses em relação ao centro da meta de inflação.

Agrupamentos	Peso médio	Índice de Pressão sobre a Meta de Inflação (IPMI)											
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	jun11
Alimentos e bebidas	22,3	-0,32	1,44	3,70	-0,01	-0,18	-0,39	-0,62	1,24	1,42	-0,29	1,30	0,99
Serviços	23,0	-0,70	0,25	0,52	-0,22	0,24	0,43	0,16	0,15	0,43	0,41	0,72	1,01
Monitorados	31,5	1,22	1,55	3,42	1,19	1,30	1,25	-0,14	-0,86	-0,36	0,10	-0,38	0,43
Industrializados	23,1	-0,22	0,44	1,39	-0,15	0,74	-0,10	-0,77	-0,57	-0,09	-0,40	-0,23	-0,22
Desvio do centro da meta		-0,03	3,67	9,03	0,80	2,10	1,19	-1,36	-0,04	1,40	-0,19	1,41	2,21

Elaboração Ipea.

Entre 2000 e 2005, os preços *monitorados* foram o agrupamento que mais impactou a inflação. Observando o IPMI (Tabela 2), os monitorados responderam por mais da metade de toda a pressão inflacionária para cima das metas nesse período. Em todos os anos sua taxa de variação foi maior que a banda superior da meta de inflação. Parte dessa pressão elevada é explicada pela indexação dos contratos de serviços públicos ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), muito afetado pelo câmbio. Entretanto, o câmbio não explica tudo, já que os aumentos de preços do grupo foram intensos mesmo nos anos 2000, 2004 e 2005.

O agrupamento *alimentos e bebidas* foi o segundo mais influente durante esse período, especialmente pelos efeitos da depreciação cambial em 2001 e 2002. Os produtos *industrializados* também responderam ao câmbio. Os *serviços* foram o agrupamento com os menores desvios em relação à meta no saldo do período, por responderem menos ao câmbio.

Em 2006, a dinâmica inflacionária alterou-se. Destaca-se a queda na taxa de variação dos monitorados, causada por mudanças regulatórias nos setores de telefonia e energia elétrica, além de novas políticas no setor de combustíveis (detalhes na seção cinco). Martinez e Cerqueira (2011) observam quebra da variância nos transportes monitorados (ligada à política para os combustíveis), redução da constante na regressão do segmento habitação monitorados (peso da energia elétrica) e quebra na função de impulso resposta de comunicação monitorados (telefonia).

Além desse comportamento diferenciado dos preços monitorados, as transformações da dinâmica inflacionária estão relacionadas às condicionantes e resultados do novo modelo de crescimento brasileiro. A primeira variável importante é a

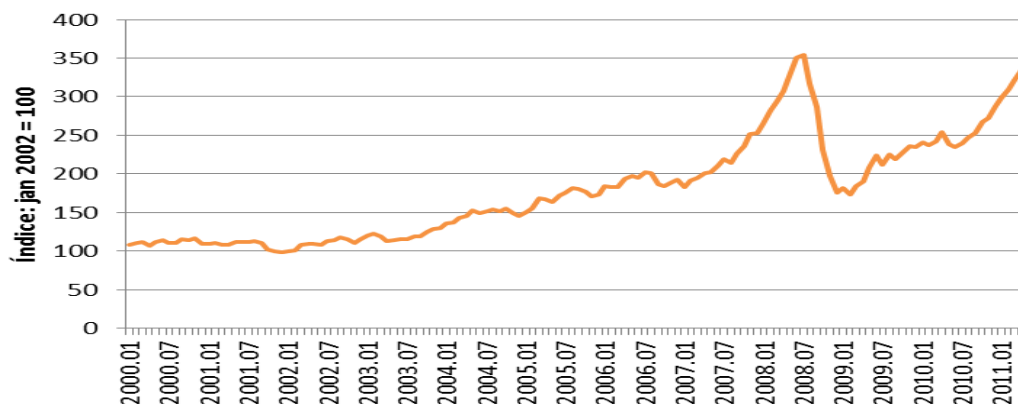
taxa de câmbio (Gráfico 1). A partir de meados de 2004 a taxa de câmbio real passa a valorizar-se intensamente. Isso reflete em parte os ganhos no valor das exportações com o aumento dos preços de *commodities* (Gráfico 2), em parte a entrada de divisas na conta de capitais atraídas pela alta taxa de juros e a boa fase da economia brasileira. Em 2007 a alta de preços de *commodities* intensifica-se ao mesmo tempo em que a política de acumulação de reservas dissipa parte da pressão para apreciação do câmbio. Somando esses dois fatores, o repasse para preços internos de alimentos torna-se mais forte. Nos anos de 2007, 2008 e 2010 a variação dos alimentos e bebidas foi superior a 10% ao ano (Tabela 1). Apenas em 2009 os preços de *alimentos e bebidas* cresceram em ritmo abaixo do centro da meta, em virtude da queda dos preços de *commodities* com a crise internacional (Gráfico 2). Mas em 2010 tais preços já recuperaram o patamar anterior.

**Gráfico 1: Taxa de câmbio real**



Fonte: Ipeadata.

**Gráfico 2: Preços de *commodities***



Fonte: Ipeadata.



O fortalecimento do mercado interno com as políticas de redistribuição de renda, combate à pobreza e expansão do crédito também teve implicações sobre a inflação. Observa-se que as taxas de variação no agrupamento *serviços*, cujos preços são particularmente sensíveis ao salário mínimo e à redução do desemprego, foram superiores ao centro da meta de inflação em todos os anos. A pressão inflacionária dos serviços se torna mais intensa desde 2008, com IPMI de ao menos 0,40 pontos. É claro que se trata de um movimento estrutural de mudança de preços relativos e não apenas de um aquecimento conjuntural de demanda, já que a taxa de variação dos serviços foi acima da meta mesmo em 2009, ano de recessão. Mas para o ano de 2010 há indícios mais claros de pressões inflacionárias no setor de serviços resultantes do aquecimento excessivo da economia, com IPMI superior a 0,70 pontos.

Por fim, assim como os monitorados, os produtos industrializados também passaram a ter uma evolução mais favorável ao controle da inflação. Seus preços foram contidos pela apreciação do câmbio (Gráfico 1), mas também por ganhos de produtividade na indústria de bens de consumo duráveis, especialmente na automobilística. Em alguma medida esses ganhos de produtividade foram propiciados pelo próprio crescimento do mercado interno, em especial pelo aumento do crédito ao consumidor, dado que nesse tipo de indústria há economias de escala na produção.

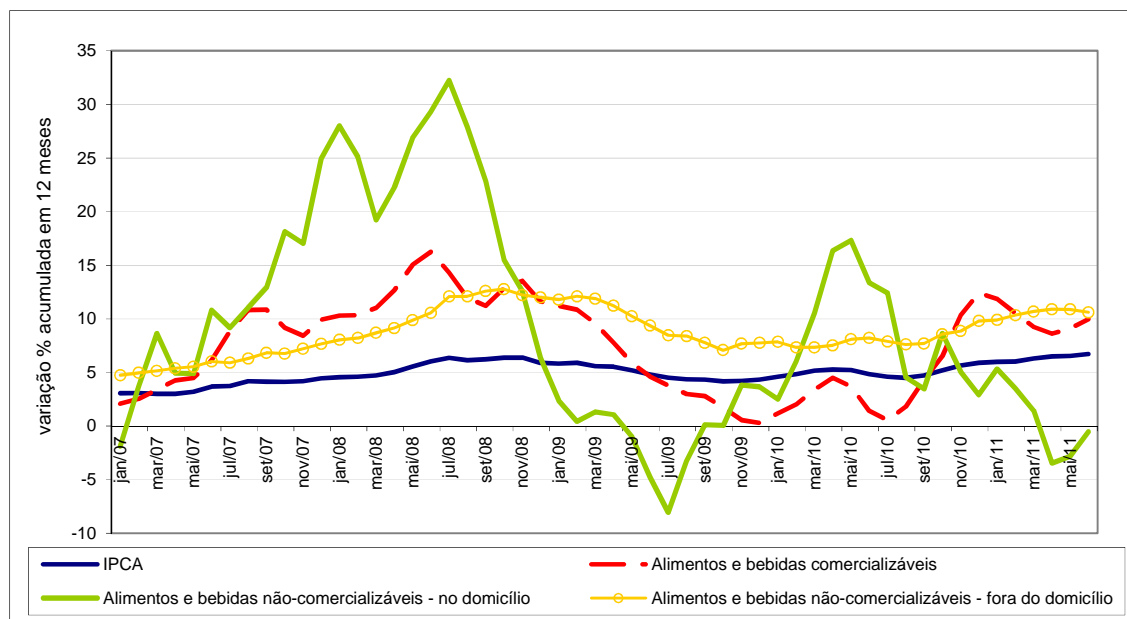
Nas próximas seções, detalha-se a decomposição de cada um desses quatro grandes agrupamentos de 2007 a junho de 2011. A escolha do período deve-se a dois motivos. Primeiro, na última atualização dos pesos do IPCA pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) em julho de 2006 houve uma reformulação com eliminação e adição de subitens e alguns itens, o que dificulta a comparabilidade com o período anterior. Segundo, como foi identificada uma mudança na dinâmica inflacionária em 2006, a adoção do corte temporal a partir de 2007 é adequada para os fins desse texto.

### **3. Preços de alimentos e bebidas**

No Gráfico 3, a variação de preços de alimentos e bebidas é decomposta em três categorias de comportamentos distintos. Os pesos médios no IPCA de cada categoria são listados na Tabela 3.

### Gráfico 3: Preços de alimentos e bebidas, janeiro de 2007 a junho de 2011

Varição percentual de preços acumulada em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB. Elaboração Ipea.

**Tabela 3: Alimentos e bebidas – peso médio no IPCA de 2007 a 2010**

<b>Alimentos e bebidas</b>			
Comercializáveis	Não comercializáveis no domicílio	Não comercializáveis fora do domicílio	Total
12,07%	2,63%	7,52%	22,22%

Fontes: IBGE e BCB.

#### 3.1. Alimentos e bebidas comercializáveis

O maior peso, cerca de 12% do IPCA, é o dos alimentos e bebidas do tipo *comercializáveis*. São aqueles transacionáveis com o exterior, são exportados ou importados, como carnes, arroz, bebidas e alimentos industrializados. A evolução doméstica desses preços é orientada pelas cotações internacionais de *commodities* (afetadas por fatores diversos como elevação da demanda por alimentos nos países em desenvolvimento, choques climáticos e especulação financeira nos mercados de *commodities*) e pelo câmbio. A variação dos preços de *alimentos e bebidas comercializáveis* acompanha os preços internacionais das *commodities*, mas de forma mais suave, pois o câmbio se aprecia quando os preços de *commodities* sobem – dentre outras influências porque o país é um grande produtor desses bens – o que atenua as pressões sobre preços domésticos. Mas de acordo com os testes realizados em Martinez e Cerqueira (2011), os preços de *alimentos e bebidas comercializáveis* também respondem à demanda interna e às expectativas de inflação. Entre 2007 e meados de 2009, sua taxa de variação acumulada em 12 meses esteve acima do IPCA,

frequentemente acima de 10% e chegando a mais de 16% no pico. Permaneceu abaixo do IPCA de julho de 2009 até o último trimestre de 2010, quando rapidamente retornou para o nível superior a 10%. No início de 2011 a taxa de variação dos preços de alimentos comercializáveis começou a recuar, mas ainda permanece elevada.

### **3.2. Alimentos não-comercializáveis no domicílio**

Os *alimentos não-comercializáveis no domicílio* são os majoritariamente produzidos e consumidos internamente, como feijão, verduras, legumes, frutas e pescados. Como pode ser observado no Gráfico 3, seu comportamento é marcado por uma volatilidade intensa: no início de 2007 a taxa de variação acumulada em 12 meses desses preços era negativa; a partir de então, cresce aceleradamente até chegar ao máximo de 32,23% em julho de 2008; depois decai até atingir -8,05% um ano depois, volta a um pico de 17,33% em maio de 2010 e cede novamente para taxas abaixo do IPCA. A evolução desses preços indica que são muito afetados por choques de oferta, como quebras de safras decorrentes de problemas climáticos. Embora seu peso médio no IPCA, 2,63%, seja relativamente pequeno em comparação às outras duas categorias de alimentos e bebidas, seu impacto sobre a inflação é relevante, dada a magnitude das taxas alcançadas em certos períodos.

### **3.3. Alimentos e bebidas não-comercializáveis fora do domicílio**

Por fim, os *alimentos e bebidas não-comercializáveis fora do domicílio* são compostos por refeições, lanches e bebidas consumidos em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares. É importante destacar que essa categoria herda características dos preços de serviços. Seu nível elevado, sempre acima de 5% no acumulado em 12 meses desde 2007, muito provavelmente está relacionado ao processo de melhora da distribuição de renda e redução do desemprego. Suas oscilações dependem dos preços dos alimentos e do nível de aquecimento da economia. Com uma taxa de variação média no período elevada, igual a 8,6%, e peso médio no IPCA também alto, 7,5%, é um componente que sistematicamente tem pressionado a inflação para cima da meta.

## **RESUMO: ALIMENTOS E BEBIDAS**

Os efeitos da alta internacional dos preços de commodities sobre os *alimentos comercializáveis* nos últimos anos, com a exceção de 2009, e do fortalecimento do mercado interno e aquecimento da economia sobre o grupo como um todo têm levado as taxas de variação dos preços de *alimentos e bebidas* a níveis muito acima da meta de inflação. A Tabela 4 sintetiza o efeito dos alimentos e bebidas sobre o desvio do IPCA em relação ao centro da meta de inflação através do IPMI.

**Tabela 4: Alimentos e Bebidas – Índice de Pressão sobre a Meta de Inflação**

<i>Alimentos e bebidas</i>	peso md	IPMI				
		2007	2008	2009	2010	jun11
<b>1 Comercializáveis</b>	12,1	0,59	0,83	-0,51	0,93	0,65
<b>2 Não-comercializáveis no domicílio</b>	2,6	0,43	0,05	-0,02	-0,04	-0,13
<b>3 Não-comercializáveis fora do domicílio</b>	7,5	0,21	0,53	0,23	0,41	0,47
<b>TOTAL</b>	<b>22,2</b>	<b>1,24</b>	<b>1,42</b>	<b>-0,29</b>	<b>1,30</b>	<b>0,99</b>

Fontes: IBGE e BCB. Elaboração Ipea.

Nota-se que o IPMI dos *alimentos e bebidas comercializáveis* é sempre elevado em termos absolutos, entre 0,5 e 1,0 pontos, sendo negativo apenas em 2009. No acumulado em 12 meses de junho de 2011, foi de 0,65, uma redução substancial em relação aos 0,93 de dezembro, mas ainda acima do centro da meta. A partir de 2008, o IPMI de *alimentos não comercializáveis no domicílio* passa a ser muito menor que o dos outros dois componentes. Para os alimentos e bebidas *não comercializáveis fora do domicílio*, o IPMI foi positivo e acima de 0,20 pontos em todos os anos desde 2007. Em junho de 2011, subiu um pouco em relação a dezembro de 2010, chegando a 0,47 pontos percentuais.

#### 4. Preços de Serviços

Os serviços foram decompostos em diversos subgrupos na Tabela 5.

**Tabela 5: Preços dos Serviços, 2007 a junho de 2011**

Peso médio no IPCA, variação percentual de preços acumulada em 12 meses e Índice de Pressão sobre a Meta de Inflação.

Serviços	peso md	variação %					IPMI				
		2007	2008	2009	2010	jun11	2007	2008	2009	2010	jun11
<b>1 Despesas Pessoais</b>	<b>7,3</b>	<b>6,9</b>	<b>8,2</b>	<b>6,8</b>	<b>9,2</b>	<b>9,8</b>	<b>0,16</b>	<b>0,25</b>	<b>0,16</b>	<b>0,34</b>	<b>0,39</b>
a Serviços Pessoais	5,3	7,6	9,7	7,5	9,4	10,1	0,15	0,25	0,15	0,26	0,31
b Recreação	2,0	5,2	4,4	4,9	8,8	8,8	0,01	0,00	0,01	0,08	0,09
<b>2 Habitação e artigos de residência</b>	<b>6,0</b>	<b>5,2</b>	<b>5,5</b>	<b>6,1</b>	<b>7,7</b>	<b>9,2</b>	<b>0,04</b>	<b>0,06</b>	<b>0,09</b>	<b>0,19</b>	<b>0,28</b>
a Aluguel e condomínio	4,8	5,3	5,0	6,1	7,3	9,4	0,04	0,02	0,07	0,13	0,23
b Mão-de-obra para reparos	0,8	9,4	8,0	7,0	10,6	10,6	0,04	0,03	0,02	0,05	0,05
c Consertos de móveis e eletrodom.	0,4	-4,6	6,0	4,5	6,4	3,8	-0,04	0,01	0,00	0,01	0,00
<b>3 Educação, Saúde e Comunicação</b>	<b>8,1</b>	<b>4,9</b>	<b>5,1</b>	<b>6,2</b>	<b>6,7</b>	<b>8,4</b>	<b>0,03</b>	<b>0,05</b>	<b>0,13</b>	<b>0,17</b>	<b>0,31</b>
a Serviços Educacionais	6,1	4,7	4,9	6,3	6,7	8,7	0,01	0,03	0,10	0,13	0,25
b Serviços de Saúde	1,6	7,1	5,7	6,6	8,6	8,2	0,04	0,02	0,03	0,06	0,06
c Internet e TV a Cabo	0,5	1,0	5,4	4,0	1,1	5,0	-0,02	0,00	0,00	-0,02	0,00
<b>4 Transporte</b>	<b>2,2</b>	<b>1,8</b>	<b>7,7</b>	<b>6,3</b>	<b>5,3</b>	<b>5,0</b>	<b>-0,07</b>	<b>0,07</b>	<b>0,04</b>	<b>0,02</b>	<b>0,02</b>
a Manutenção veicular e estacionamento	1,6	6,1	8,7	8,9	6,8	8,0	0,02	0,06	0,07	0,04	0,06
b Seguro voluntário de veículo	0,4	-14,9	6,1	-4,3	-3,5	-6,6	-0,09	0,01	-0,03	-0,03	-0,04
c Outros serviços de transporte	0,2	1,4	4,1	6,7	7,5	4,1	-0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>23,7</b>	<b>5,2</b>	<b>6,4</b>	<b>6,4</b>	<b>7,6</b>	<b>8,7</b>	<b>0,15</b>	<b>0,43</b>	<b>0,41</b>	<b>0,72</b>	<b>1,01</b>

Fonte: IBGE. Elaboração Ipea.

Obs: 1b - Inclui revelação de fotografias/ 2a - Inclui mudança/ 3a - Inclui fotocópias em papelaria/ 4a - Conserto, lubrificação e lavagem, reboque, pintura/ 4c - Transporte escolar e aluguel de veículos.

#### **4.1. Despesas pessoais**

O subgrupo dos serviços que mais tem pressionado o IPCA é o das *despesas pessoais*, principalmente o item *serviços pessoais*, que nesse período sempre respondeu por no mínimo um terço de toda a pressão dos serviços. O subitem mais importante dos serviços pessoais é *empregado doméstico*, cujo peso médio no IPCA é de 3,15%. Junto com cabeleireiro, manicure e pedicure, cujo peso é de 1,28%, totalizam 4,43%, a maior parte dos 5,3% do peso de serviços pessoais. A política de recomposição do salário mínimo e a redução do desemprego explicam a alta sofrida por esses preços. Pelo lado da oferta, o salário mínimo entra diretamente como custo desses serviços e o baixo desemprego pressiona salários e aumenta a oferta de postos com carteira assinada. Pelo lado da demanda, a melhora da distribuição de renda e o maior nível de emprego tornam esses serviços acessíveis a segmentos mais amplos da população, favorecendo elevações de preços. Quanto ao item *recreação*, o aumento considerável acima da meta deu-se apenas a partir do ano de 2010, o que sugere que provavelmente isso é um fenômeno conjuntural, influenciado pela demanda aquecida.

#### **4.2. Habitação e artigos de residência**

Os grupos *habitação* e *artigos de residência* têm exercido pressão crescente ano a ano no período. O item de maior peso é o que abarca *aluguel e condomínio*, com quase 5% do IPCA. A elevação do aluguel está ligada tanto ao aquecimento do mercado imobiliário quanto à indexação de contratos ao IGPM. Já o valor do condomínio provavelmente deve-se em parte aumentos de custos salariais. A variação de 0,10 pontos no IPMI de dezembro de 2010 para junho de 2011 é um efeito do mercado de trabalho aquecido, que reflete o aumento superior a dois pontos percentuais na taxa de variação do item acumulada em 12 meses, de 7,3% para 9,4%. O subitem *mão-de-obra para reparos* tem peso de 0,8% no IPCA e taxas de variação elevadas desde 2007, chegando a 10,6% ao ano no acumulado em 12 meses até junho de 2011.

#### **4.3. Educação, saúde e comunicação**

A seguir, vêm os grupos *educação, saúde e comunicação*. O peso médio dos serviços educacionais no IPCA é grande, 6,1%. Partindo de 4,7% em 2007, sua taxa de elevação cresceu ano a ano no período considerado, até alcançar 8,7% no acumulado em 12 meses de junho de 2011, com IPMI de 0,25 pontos. Os serviços de saúde também tiveram variações de preços intensas nos últimos três anos, 5,7% em 2008, 6,6% em 2009 e 8,6% em 2010. O IPMI dobrou de 0,03 em 2009 para 0,06 em 2010. Internet e TV a cabo têm taxas de variação de preços mais comportadas e por seu baixo peso afetam pouco o IPCA.



#### **4.4. Transporte**

Os serviços do grupo *transporte* têm peso mais baixo e de 2008 a 2010 sua taxa de variação de preços esteve acima da meta. O agrupamento de subitens *manutenção veicular e estacionamento*, cujo peso é 1,6%, teve variação de preços acima de 6% em todos os anos. *Outros serviços de transporte*, que abarca transporte escolar e aluguel de veículos, variaram acima da meta apenas em 2009 e 2010. *Seguro voluntário de veículo* sofreu redução de preços em 2007, 2009 e 2010, pressionando para baixo da meta.

#### **RESUMO: SERVIÇOS**

O forte aumento dos preços dos serviços decorre de mudanças estruturais na economia brasileira relacionadas à melhora da distribuição de renda e redução do desemprego, mas se torna mais intenso nos anos em que a economia está aquecida. A variação dos preços de alimentos e bebidas não-comercializáveis fora do domicílio esteve por volta de 7,7% em 2007 e 2009, mas em 2008 e 2010, anos de crescimento econômico mais vigoroso, foi 12% e 9,8% respectivamente. O mesmo ocorre com os serviços pessoais: sua taxa de variação foi próxima a 7,5% em 2007 e 2009 e ao redor de 9,5% em 2008 e 2010. Para a maioria dos outros componentes dos serviços e para o grupo como um todo, esse aquecimento aparece com mais força no ano de 2010 especificamente. É assim com recreação (8,8% em 2010 contra 4,8% na média dos três anos anteriores), aluguel e condomínio (7,3% contra média anterior de 5,5%), mão-de-obra em reparos (10,6% contra 8,1%), serviços educacionais (6,7% contra 5,3%) e serviços de saúde (8,6% contra 6,5%). Para o todo dos serviços, sem serviços alimentícios, a taxa de variação foi em média 6% de 2007 a 2009 e 7,6% em 2010.

## 5. Preços de Monitorados

A Tabela 6 apresenta a decomposição dos chamados preços monitorados ou administrados por contrato.

**Tabela 6: Preços dos Monitorados, 2007 a junho de 2011**

Peso médio no IPCA, variação percentual de preços acumulada em 12 meses e Índice de Pressão sobre a Meta de Inflação.

Monitorados	peso md	variação %					IPMI				
		2007	2008	2009	2010	jun11	2007	2008	2009	2010	jun11
<b>1 Transporte público</b>	6,4	4,3	4,4	6,7	5,8	8,8	-0,01	0,00	0,13	0,08	0,27
<b>2 Combustíveis</b>	6,1	-0,2	1,1	4,7	1,9	8,4	-0,29	-0,20	0,01	-0,15	0,22
<b>3 Plano de saúde e fármacos</b>	6,3	4,5	5,2	6,1	5,3	5,7	0,00	0,04	0,10	0,05	0,07
<b>4 Telefonia</b>	5,1	1,1	1,7	1,4	1,2	1,9	-0,18	-0,14	-0,15	-0,15	-0,11
<b>5 Energia elétrica</b>	3,4	-6,2	1,1	4,7	3,0	4,2	-0,39	-0,11	0,01	-0,04	-0,01
<b>6 Outros monitorados</b>	3,1	5,0	6,1	4,6	-0,8	4,3	0,01	0,05	0,00	-0,16	-0,01
<b>TOTAL</b>	<b>30,3</b>	<b>1,7</b>	<b>3,2</b>	<b>4,9</b>	<b>3,1</b>	<b>6,0</b>	<b>-0,86</b>	<b>-0,36</b>	<b>0,10</b>	<b>-0,38</b>	<b>0,43</b>

Fonte: IBGE. Elaboração Ipea.

Obs.: 2 – Gasolina, álcool, óleo diesel e gás (veicular, de botijão e encanado)/ 4 – Telefone fixo, celular e público/ 6 – Emplacamento e licença de veículo, multa, óleo veicular, pedágio, cartório, jogos de azar e correio.

### 5.1. Transporte público

O item *transporte público* é muito diversificado na sua composição, abrangendo meios de transporte com variados processos de regulação e precificação. O subitem mais relevante é *ônibus urbano*, que responde por 3,8 pontos dos 6,4% que o item possui de peso médio no IPCA. A seguir, *ônibus intermunicipal* e *ônibus interestadual* juntos têm peso médio de 1,6%. Todos os outros subitens juntos – abrangendo avião, táxi, metrô, trem, *ferry-boat* e barco – somam 1,0% de peso médio.

A regulação das passagens de *ônibus urbano* é feita pelos municípios, geralmente pela análise de planilhas de custo, embora seja afetada também pelo ciclo eleitoral. As taxas de variações acumuladas no ano para o subitem foram iguais a 4,7% em 2007, 3,1% em 2008 (ano de eleições municipais), 5,3% em 2009 e 7,5% em 2010. Na média dos quatro anos, a variação foi de 5,2%, pouco menos de um ponto acima do centro da meta. No acumulado em 12 meses de junho de 2011, a taxa é de 8,8%, ainda mais alta que os 7,8% de dezembro. As taxas de variação de *ônibus intermunicipal* foram 4,2% em 2007, 5,7% em 2008, 6,2% em 2009 e 4,8% em 2010. Em junho de 2011 acumulam 6,3% em 12 meses, 1,5 pontos a mais que a taxa de dezembro. Já a variação das tarifas de *ônibus interestadual* é marcada por uma volatilidade intensa, 4,6% em 2007, 9,4% em 2008, 5,5% em 2009 e -0,7% em 2010, com 0,9% no acumulado em 12 meses de junho de 2011.

Dos subitens restantes, os dois pertencentes ao modal marítimo – *ferry-boat* e barco – têm em conjunto peso de apenas 0,01% no IPCA, portanto são praticamente desprezíveis para a análise do índice. Os outros quatro se comportam de forma variada, mas todos sofreram no primeiro semestre de 2011 reajustes muito superiores em relação ao acumulado de 2010 e também em

relação à média dos últimos quatro anos. *Táxi*, cujo peso médio é de 0,33%, sempre teve variação de preços anualizada entre 3,0% e 3,9% de 2007 a 2010, mas em junho de 2011 já acumula 8,7% em doze meses. O subitem *avião* sofre alguma regulamentação governamental na marcação de preços, mas é majoritariamente concorrencial; seu peso médio é 0,29%, os preços variaram 3,1% em 2007, 12,2% em 2008, 31,9% em 2009, 3,2% em 2010 e no acumulado em 12 meses de junho de 2011 a taxa de variação disparou a 27,4%. O peso médio de *metrô* é 0,27% e suas taxas de variação foram 2,1% em 2007, 4,4% em 2008, 5,6% em 2009 e 2,8% em 2010, acelerando para 8,8% no acumulado de junho de 2011. Por fim, *trem* teve peso médio de 0,11% nos quatro anos considerados e seus preços variaram 2,1% em 2007, 5,7% em 2008, 6,7% em 2009, 2,6% em 2010 e também apresentaram uma aceleração nos doze meses acumulados de junho de 2011, indo a 8,4%.

O item *transporte público* como um todo ficou próximo ao centro da meta em 2007 e 2008. Em 2009, taxa de variação subiu para 6,7% e o IPMI para 0,13. O principal subitem a determinar esse resultado foi *avião*, com variação de preços igual a 31,9% e IPMI de 0,08, seguido de *ônibus urbano* (variação 5,3%, IPMI 0,03) e *ônibus intermunicipal* (variação 6,2%, IPMI 0,02) – o IPMI dos outros subitens foi inferior a 0,005 em termos absolutos. No ano de 2010, a taxa de variação do item recuou, mas continuou acima da meta, 5,8% com IPMI de 0,08. A pressão acima da meta é explicada por *ônibus urbano* (variação 7,5%, IPMI 0,11), atenuada um pouco pelos subitens *ônibus interestadual* (variação -0,1%, IPMI -0,02) e *avião* (variação 3,2%, IPMI -0,01).

No primeiro semestre de 2011 houve uma intensa aceleração inflacionária, a taxa de variação acumulada em 12 meses passou de 5,8% para 8,8%, o IPMI de 0,08 para 0,27. Todos os subitens tiveram acelerações na variação de preços, com destaque para *ônibus urbano* (variação 8,8%, IMPI 0,16) e *avião* (variação 27,4%, IMPI 0,07).

## 5.2. Combustíveis

A categoria *combustíveis*, que abrange os veiculares e os domésticos, tem ajudado a controlar a inflação no período analisado. Em 2007, 2008 e 2010 sua taxa de variação esteve abaixo inclusive da banda inferior da meta de inflação, apresentando IPMI negativo entre -0,30 e -0,15. Apenas no ano de 2009 ficou acima do centro da meta, mas ainda assim muito próxima, em 4,7%. Dos 6,1% de peso médio dos *combustíveis* no IPCA, quase três quartos são devidos ao subitem *gasolina*, com peso de 4,2%. O segundo mais relevante é *gás de botijão*, cujo peso é 1,2%. Os subitens restantes somam 0,7%, com 0,4% para *álcool*, e 0,1% cada para *gás encanado*, *óleo diesel* e *gás veicular*<sup>4</sup>. Os principais motivos a explicar esse comportamento favorável dos combustíveis

---

<sup>4</sup> O subitem *álcool* desde 2006 não é enquadrado como preço monitorado na denominação do Banco Central, mas aqui foi assim considerado para simplificar a classificação nesse nível de agregação.

nos últimos anos são: a política da Petrobras de adotar intervalos de tempo longos para repassar as oscilações internacionais do petróleo aos preços internos; a variação na alíquota da Contribuição por Intervenção de Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis para atenuar a volatilidade dos preços ao consumidor; e a difusão dos motores *flex*, que potencializaram o uso do etanol como substituto da gasolina.

Os preços da *gasolina* tiveram uma evolução bastante favorável nos quatro anos examinados: deflações de -0,7% e -0,3% em 2007 e 2008, respectivamente, 2,1% em 2009 e 1,7% em 2010. Como seu peso no IPCA é muito alto, ajudou a segurar a inflação, com IPMI entre -0,25 e -0,10 nesses anos. A variação dos preços de *gás de botijão* também foi favorável em 2007 (0,1%), 2008 (2,4%) e 2010 (2,1%). Apenas em 2009 o preço desse subitem subiu bastante, 13,7% com IPMI de 0,10 pontos, que anulou o IPMI de -0,10 da gasolina e trouxe a variação de preços do item *combustíveis* para o centro da meta. A variação de preço do *álcool* ficou abaixo da banda inferior da meta em 2007 e 2008, em 2009 foi de 15% e em 2010 foi 4,3%. Os subitens *gás encanado*, *óleo diesel* e *gás veicular* são mais voláteis, alternando anos de variação baixa ou até negativa com outros de variação próxima da meta ou bem maior – como em 2008, em que os três subiram mais de 10% no ano.

No primeiro semestre de 2011 a variação acumulada em 12 meses dos combustíveis saltou de 1,9% em dezembro para 8,4% em junho. Isso é explicado principalmente pelo aumento intenso dos preços do etanol, que acabou impactando também a gasolina. A variação acumulada em 12 meses do *álcool* estava em 4,3% no final de 2010 e foi para 29,6% em junho, implicando em acréscimo de 0,08 pontos no IPMI. O etanol afeta o preço da gasolina por dois canais, de um lado porque entra na composição da gasolina e por outro porque são substitutos como combustíveis para os motores *flex*. Assim, a alta no álcool puxou a taxa de variação acumulada em 12 meses do preço da *gasolina* de 1,7% em dezembro para 9,0% em junho, o que dado o peso elevado da gasolina levou a um aumento de 0,28 pontos no IPMI (de -0,11 para 0,17). Juntos, a aceleração dos preços do álcool e da gasolina explicam todo o aumento de 0,37 pontos no IPMI dos combustíveis entre dezembro e março.

### **5.3. Plano de saúde e fármacos**

A variação dos preços de planos de saúde e produtos farmacêuticos foi igual ao centro da meta de inflação em 2007 e nos anos subsequentes esteve sempre acima do centro, oscilando entre 5,2% e 6,1%, com IPMI entre 0,04 e 0,10.

O subitem *plano de saúde* tem peso médio de 3,4% no IPCA. A regulação do setor é feita por meio de um reajuste anual máximo estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar

(ANS). Entre 2007 e 2010, os reajustes praticados pelas operadoras de planos de saúde foram acima do centro da meta e acima do próprio IPCA: 8,1% em 2007 (IPMI 0,11), 6,2% em 2008 (IPMI 0,05), 6,4% em 2009 (IPMI 0,06) e 6,9% em 2010 (IPMI 0,08).

O item *produtos farmacêuticos* é composto principalmente por medicamentos e seu peso médio no IPCA é de 2,9%.<sup>5</sup> A regulação é feita pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), que estipula um reajuste máximo para cada medicamento que faça parte da lista de controle. O reajuste é estabelecido levando em conta a inflação passada, ganhos de produtividade, alterações nos custos do setor e o nível de concorrência (mensurado pela proporção do mercado dominada por medicamentos genéricos). Apenas em 2009 a taxa de variação do item foi acima da meta, 5,8% (IPMI 0,04), devida em grande parte à indexação em relação ao IPCA alto de 2008. Nos outros anos, a taxa de variação de preços do item esteve sempre abaixo do centro da meta: 0,6% em 2007 (IPMI -0,11), 4,0% em 2008 (IPMI -0,01) e 3,4% em 2010 (IPMI -0,03).

Observando o período como um todo, nota-se que os reajustes autorizados para planos de saúde foram sempre superiores à variação do IPCA observada no ano anterior e os reajustes observados nos medicamentos estiveram em geral abaixo da inflação passada, o que leva a questionamentos sobre diferenças nos processos regulatórios dos dois setores. Para o acumulado em 12 meses de junho de 2011, houve poucas mudanças em relação a dezembro porque os índices de reajuste dos planos de saúde só são definidos no meio do ano. A CMED definiu reajustes máximos para os medicamentos entre 3,54% e 6,01%, sendo que em 2010 os reajustes autorizados foram entre 4,45% e 4,83%. Para os planos de saúde, a ANS autorizou no início de julho teto de 7,69% para os reajustes.

#### **5.4. Telefonia**

Na telefonia, o subitem de maior peso é o *telefone fixo*, com 3,5% do IPCA na média de 2007 a 2010, seguido de *telefone celular*, com peso de 1,4%. O subitem *telefone público* tem peso de apenas 0,2%, desconsiderável na análise mais agregada. A telefonia é uma das classes de monitorados que mais contribuiu para segurar a inflação desde 2007, com taxas de variação entre 1% e 2% e IPMI entre -0,15 e -0,18.

A maior parte dessa contribuição favorável vem do *telefone fixo*, cuja taxa de variação foi 3,6% em 2008 e inferior a 1% em 2007, 2009 e 2010. Conforme detalhamento em Martinez e

---

<sup>5</sup> Embora o item todo seja classificado como monitorado pelo Banco Central, de fato alguns dos subitens – aqueles que não são medicamentos, como *vitamina e fortificante*, e os medicamentos em que há forte concorrência, como *antigripal e antitussígeno* – não são regulados. Para simplificar a agregação, mantivemos a classificação de todos os produtos farmacêuticos como monitorados.



Cerqueira (2011), desde o início do regime de metas para a inflação até 2005, os preços monitorados do grupo *comunicação* eram uma das principais fontes de pressões inflacionárias da economia brasileira, puxados principalmente pelas tarifas de telefonia fixa. A partir de 2006, há uma mudança radical e a telefonia passa a ter reajustes bastante inferiores à meta do IPCA, o que se pode atribuir às mudanças regulatórias feitas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no mesmo ano, após o vencimento dos contratos firmados no processo de privatização. Mattos (2007) descreve detalhadamente as novas regras de indexação das tarifas de telefonia, das quais se pode destacar a substituição do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) por outro indexador criado para esse fim, o Índice de Atualização de Tarifas (IST). O IST foi composto a partir da estrutura de custos do setor e é mais adequado que o IGP-DI, muito afetado por fatores externos. Além disso, alterou-se a fórmula para repasse de ganhos de produtividade, que eram pré-fixados e passaram a ser pós-fixados seguindo o mínimo entre o próprio ganho de produtividade e a média de todas as operadoras.

A variação das tarifas de *telefone celular* também esteve abaixo da meta no período: 2,9% em 2007, -2,8% em 2008, 2,5% em 2009 e 1,9% em 2010. Como aponta Mattos (2007), embora haja regulação no setor a profusão de planos de telefonia móvel é tão grande que na prática o mercado é concorrencial.

No acumulado em 12 meses até junho de 2011, a taxa de variação de *telefonia* subiu de 1,2% em dezembro para 1,9%, mas continua muito baixa.

### **5.5. Energia elétrica**

A categoria *energia elétrica* é composta apenas pelo subitem de mesmo nome, cujo peso médio no IPCA é 3,4%. Foi outro preço monitorado com variação de preços geralmente inferior à meta, -6,2% em 2007, 1,1% em 2008 e 3,0% em 2010, com a exceção dos 4,7% em 2009. Similarmente à telefonia, antes de 2005 era um dos subitens que mais pressionava a inflação medida pelo IPCA, mudando de comportamento desde 2006 com a efetivação de mudanças regulatórias no setor (Martinez e Cerqueira, 2011). Dentre as mudanças descritas por Rocha de Souza (2007), as principais foram as novas regras para repasse dos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras – antes o repasse era pelo custo de aquisição observado, passou a ser definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) segundo o preço médio dos leilões de energia elétrica – e a substituição do IGP-M pelo IPCA como indexador nos contratos oriundos dos leilões de energia nova realizados a partir de dezembro de 2004. No acumulado em 12 meses do primeiro semestre de

2011 a taxa de variação de *energia elétrica* foi igual a 4,2%, superior aos 3,0% de dezembro em razão da indexação à inflação mais alta de 2010.

### **5.6. Outros monitorados**

Os preços monitorados não classificados nas categorias anteriores somam peso médio no IPCA de 3,1% entre 2007 e 2010. Desses, os subitens de maior peso são *taxa de água e esgoto* (1,6%), *emplacamento e licença* (0,8%) e *jogos de azar* (0,8%). Os subitens *multa, óleo veicular e pedágio* têm 0,1% cada. Os pesos de *cartório* e *correio* são inferiores a 0,1%.

Essa categoria é composta por preços monitorados diversos que não têm um padrão de comportamento bem determinado, o que se reflete para a categoria como um todo. A taxa de variação de preços ficou acima do centro da meta em 2007 e 2008, praticamente no centro da meta em 2009 e foi negativa em 2010. Em 2007 determinaram o resultado a variação de 8,5% em *emplacamento e licença* de veículos (IPMI 0,03) e a variação nula em *jogos de azar* (IPMI -0,02); em 2008 o aumento de 7,1% em *taxa de água e esgoto* (IPMI 0,04), 20,3% em *óleo veicular* (IPMI 0,01), 11,9% em *pedágio* (IPMI 0,01) e 2,1% em *jogos de azar* (IPMI -0,01); em 2009 todos os IPMI foram próximos a zero. Em 2010 os três subitens mais relevantes tiveram variação abaixo da meta: -9,5% em *emplacamento e licença* (IPMI -0,11), 3,4% em *taxa de água e esgoto* (IPMI -0,02) e 0% em *jogos de azar* (IPMI -0,02). Assim, em 2010 a categoria *outros monitorados* deu importante contribuição para segurar a inflação, com IPMI de -0,16.

No acumulado em 12 meses até junho de 2011, tal contribuição diminuiu. De uma deflação em -0,8% no acumulado em 12 meses de dezembro (IPMI -0,16), passou a uma variação de 4,3% no acumulado de junho (IPMI -0,01). Esse acréscimo de 0,15 pontos no IPMI de dezembro para junho se deveu principalmente a aumentos relacionados ao ciclo eleitoral: em *taxa de água e esgoto*, mudança de 3,8% para 6,3% na taxa de variação acumulada em 12 meses e acréscimo de 0,05 pontos no IPMI, em *emplacamento e licença* deu-se a retomada de taxas de variação positivas após variações negativas em todos os meses de 2010, com acréscimo de 0,05 pontos no IPMI. Também os *jogos de azar* tiveram reajuste substancial, 10,7% no acumulado em 12 meses de junho contra 0,0% em dezembro, variação de 0,04 pontos no IPMI.

## **RESUMO: MONITORADOS**

Nos últimos quatro anos as taxas de variação dos preços monitorados têm em geral se mantido abaixo do centro da meta e auxiliado a segurar a inflação, com exceção de 2009. Tal resultado se deve principalmente aos preços de *combustíveis, telefonia e energia elétrica*. Os dois últimos estiveram dentre as principais fontes de pressão inflacionária da economia desde as privatizações até as mudanças regulatórias ocorridas em 2005 e 2006, que substituíram indexadores inadequados e aprimoraram regras de repasse de custos. A evolução favorável dos preços dos combustíveis se deveu a políticas governamentais para reduzir a volatilidade do repasse dos preços do petróleo – via Petrobras e por tributação – e à difusão dos motores flex, que transformaram o etanol em um substituto de fato à gasolina.

As categorias *transporte público e plano de saúde e fármacos* tiveram reajustes próximos ao centro da meta em alguns anos e acima em outros. Em *transporte público*, a maior influência vem do *ônibus urbano*, que responde por mais da metade do peso da categoria. Seu reajuste está muito ligado ao ciclo político das eleições municipais, com reajuste médio próximo ao centro da meta em 2007, inferior em 2008 e reajustes maiores em 2009 e 2010. Dos outros componentes, destaca-se o *avião*, que apesar de não ter peso tão alto impactou bastante a inflação com os reajustes de 32% em 2009 e 27% no acumulado de junho de 2011. Na categoria *plano de saúde e fármacos*, enquanto a regulação dos medicamentos tem estabelecido preços máximos geralmente abaixo da meta (exceto em 2009), a regulação dos planos de saúde vem estipulando reajustes máximos superiores ao IPCA do ano anterior. Por fim, os preços da categoria *outros monitorados* tiveram variação acima do centro da meta de 2007 a 2009 e variação negativa em 2010, com IPMI de -0,16. Destaca-se o subitem *emplacamento e licenciamento veicular*, marcado pelo ciclo político estadual, cuja variação foi de 8,5% em 2007, próxima à meta em 2008 e 2009 e de -9,5% em 2010.

Para o ano de 2011, as perspectivas de evolução dos *monitorados* são pessimistas. O IPMI do grupo era igual a -0,38 em dezembro e foi a 0,43 em junho de 2011, aumento de 0,81 pontos, o maior dentre os quatro grandes grupos. As principais contribuições para esse resultado vieram dos *combustíveis, transporte público e outros monitorados*. O IPMI dos *combustíveis* subiu 0,37 pontos, de -0,15 em dezembro para 0,22 em junho, em decorrência da alta do etanol e seu reflexo sobre a gasolina. O IPMI do *transporte público* aumentou 0,19 pontos, de 0,08 para 0,27, sendo que as taxas de variação de quase todos os subitens se aceleraram substancialmente em relação a dezembro e à média dos anos anteriores. Os *outros monitorados* tiveram aumento de 0,15 no IPMI, de -0,16 para -0,01, devido aos subitens *taxa de água e esgoto, emplacamento e licença e jogos de azar*. As categorias que ainda não sofreram reajustes substanciais esse ano – *plano de saúde e fármacos*,

*telefonia e energia elétrica* – provavelmente terão elevações tarifárias maiores que as observadas no ano anterior graças à indexação à inflação alta de 2010.

## 6. Preços de produtos industrializados

Os produtos industrializados – exceto alimentos e bebidas – têm sua variação de preços decomposta em quatro categorias na Tabela 7.

**Tabela 7: Preços dos Industrializados, 2007 a junho de 2011**

Peso médio no IPCA, variação percentual de preços acumulada em 12 meses e Índice de Pressão sobre a Meta de Inflação.

Industrializados	peso md	variação %					IPMI				
		2007	2008	2009	2010	jun11	2007	2008	2009	2010	jun11
1 Vestuário	6,6	3,8	7,3	6,1	7,5	8,7	-0,05	0,18	0,10	0,20	0,27
2 Outros não-duráveis	5,6	3,7	7,1	6,8	3,2	4,5	-0,04	0,14	0,12	-0,07	0,00
3 Automóvel, moto e autopeças	5,4	1,3	-1,2	-4,9	-0,5	-2,5	-0,18	-0,31	-0,49	-0,23	-0,32
4 Outros duráveis e semiduráveis	6,3	-0,1	3,0	2,2	2,4	1,5	-0,30	-0,09	-0,14	-0,12	-0,17
<b>TOTAL</b>	<b>23,8</b>	<b>2,1</b>	<b>4,1</b>	<b>2,8</b>	<b>3,5</b>	<b>3,5</b>	<b>-0,57</b>	<b>-0,09</b>	<b>-0,40</b>	<b>-0,23</b>	<b>-0,22</b>

Fonte: IBGE. Elaboração Ipea.

### 6.1. Vestuário

O grupo *vestuário* tem peso médio de 6,6% no IPCA, dos quais 4,4% se devem ao subgrupo *roupas*, 1,8% a *calçados e acessórios*, 0,3% a *joias e bijuterias* e 0,1% a *tecidos e armarinho*. De 2008 a 2010, a taxa de variação anual dos preços de vestuário esteve entre 6,1% e 7,5%, com IPMI de 0,10 a 0,20. Taxas dessa magnitude são observadas tanto para *roupas*, cujo IPMI oscilou entre 0,05 e 0,12, quanto para *calçados e acessórios*, cujo IPMI esteve entre 0,04 e 0,06. O subgrupo *joias e bijuterias*, apesar de seu peso baixo, apresentou IPMI entre 0,01 e 0,03 em razão de uma alta acumulada de 66% nos preços das joias e 25% nas bijuterias, relacionadas à elevação do preço do ouro após a crise internacional. Os preços de *tecidos e armarinho* variaram abaixo da meta, mas seu impacto sobre o IPCA foi desprezível em virtude de seu baixo peso.

Desde o segundo trimestre de 2011, os preços de vestuário têm crescido a taxas ainda mais elevadas principalmente como resposta ao expressivo movimento de alta dos preços do algodão iniciado no final de 2009 e que se acelerou a partir do segundo semestre de 2010. De acordo com o indicador de preços do algodão Cepea/ESALQ, de novembro de 2009 a março de 2011 a alta acumulada foi de aproximadamente 238%, sendo 140% apenas entre agosto de 2010 e março de 2011. No primeiro trimestre de 2011 os efeitos dessa elevação de matéria prima foram pouco sentidos por ser a época de promoções no varejo, mas desde abril os reajustes têm ocorrido com a entrada das coleções de inverno.

## **6.2. Outros produtos não-duráveis**

Os produtos industrializados não-duráveis excluindo alimentos e vestuário estão agrupados na categoria *outros não-duráveis*, que soma peso médio no IPCA de 5,6%. Essa categoria reúne os itens *higiene pessoal* com peso 2,3%, *fumo (cigarro)* com 0,9%, *artigos de limpeza* 0,8%, *leitura* 0,8%, *papelaria* (exceto *fotocópia*) 0,3%, o subitem *alimento para animais* de peso 0,3% e alguns bens não-duráveis do item *utensílios e enfeites* com 0,1%.

Desses todos, destaca-se o *cigarro* por ter apresentado comportamento diferenciado em relação aos outros e com peso para causar impactos consideráveis. Com a exceção de 2008, em que os preços de todo o agrupamento subiram acima da meta, nos demais anos o *cigarro* apresentou taxas de variação acima da meta, enquanto a agregação do restante dos *outros não-duráveis* teve variação abaixo da meta. Em 2007, 2008, 2009 e 2010 as taxas de variação da categoria sem o cigarro ficaram em 2,7%, 7,5%, 3,2% e 2,8% respectivamente. Em 2007 o *cigarro* subiu 9,6% com IPMI 0,04, aumentando o IPMI dos *outros não-duráveis* de -0,08 para -0,04. O ano de 2008 foi diferente porque mesmo sem o cigarro o agrupamento teve IPMI positivo e alto em 0,12, que somados ao IPMI de 0,01 do *cigarro* (variação 6,1%) levaram a um IPMI igual a 0,13 (variação 7,3%). Em 2009 uma elevação de impostos no setor implicou em variação de 27% no cigarro, cujo IPMI de 0,19 sobrepujou o IPMI de -0,06 do restante da categoria, resultando em IPMI de 0,12. Por fim, no ano 2010 a variação do cigarro ficou um pouco acima da meta, em 5,0%, e quase não afetou o IPMI de -0,07 do grupo. De dezembro de 2010 para junho de 2011, a taxa de variação acumulada em 12 meses do *cigarro* subiu para 6,0% e a do restante da categoria foi de 2,8% para 4,1%, implicando em aumento de 0,07 pontos no IPMI de *outros não-comercializáveis*, do valor -0,07 para 0,00.

## **6.3. Automóveis, motos e autopeças**

O peso médio de 5,4% no IPCA entre 2007 e 2010 da categoria *automóvel, moto e autopeças* é composto por 2,7% do subitem *automóvel novo*, 1,4% de *automóvel usado*, 0,7% de *acessórios e peças*, 0,4% de *motocicleta* e 0,2% de *pneu e câmara de ar*. Em todos os anos desde 2007 a categoria como um todo contribuiu pressionando a inflação para baixo da meta, com IPMI entre -0,18 e -0,49. A maior influência deve-se aos automóveis novos, usados e motocicletas, que na média tiveram taxa de elevação de 1% em 2007, negativa de 2008 a 2010 e cujo peso médio soma 4,5%. A variação de preços das autopeças e pneus também foi favorável em geral, ultrapassando a meta apenas em 2008, quando chegou a 9%.



Os expressivos ganhos de produtividade experimentados pela indústria automobilística foram a razão mais importante por trás dessa evolução tão favorável dos preços dos automóveis, que afetou também o mercado de carros usados. Conforme as contas nacionais, de 2000 a 2008 a produtividade do trabalho na indústria automobilística cresceu 74%, 7% ao ano em média (Squeff, 2011). Dentre as razões que explicam esse expressivo aumento de produtividade provavelmente estão as economias de escala oriundas do crescimento do mercado interno, especialmente com a expansão do crédito ao consumo, e a redução de custos devida à apreciação cambial. No ano de 2009 em especial, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos deu impulso adicional à tendência de redução de preços no setor. Para o acumulado de junho de 2011, o IPMI da categoria caiu ainda mais em relação a dezembro, de -0,23 para -0,32.

#### **6.4. Outros duráveis e semiduráveis**

A categoria que reúne os outros bens industrializados duráveis e não duráveis, exceto veículos e autopeças, teve peso médio no IPCA igual a 6,3% de 2007 a 2010 e IPMI sempre negativo, entre -0,09 e -0,30. O subgrupo *aparelhos eletroeletrônicos*, cujo peso médio é de 1,5%, foi o principal responsável por esse resultado, com reduções de preços em todos os anos e IPMI entre -0,10 e -0,18. A seguir, o subitem *aparelho telefônico* – que também variou negativamente em todos os anos – e outros bens de consumo duráveis e semiduráveis do subgrupo *recreação e filmes* – como *brinquedos* e *disco laser* – somam peso de 1,2% e IPMI entre -0,05 e -0,06. Nota-se que todos esses são bens comercializáveis, cujos preços são pressionados para baixo com a apreciação cambial. No caso da indústria de eletrodomésticos, há que se levar em conta ainda os ganhos de produtividade, que foram da ordem de 14% entre 2005 e 2008.

Os bens de consumo industrializáveis restantes que compõem a categoria *outros duráveis e semiduráveis* ficaram acima da meta em alguns anos e abaixo em outros. Os *móveis e utensílios domésticos* duráveis e semiduráveis, com peso de 2,1%, não tiveram aumento de preços em 2007 (IPMI -0,09) e nos outros anos subiram acima da meta (IPMI entre 0,02 e 0,07). Os industrializados restantes – *materiais para reparos, produtos óticos, aparelho dentário e artigos ortopédicos* – somam peso de 1,3% e seu IPMI oscilou entre -0,03 e 0,06. Na comparação do acumulado em 12 meses de junho com dezembro da categoria como um todo, deu-se uma redução de 0,05 pontos no IPMI, de -0,12 para -0,17.

## **RESUMO: INDUSTRIALIZADOS**

Nos últimos anos, os produtos industrializados têm apresentado taxas de variação de preços inferiores ao centro da meta de inflação e IPMI entre -0,09 e -0,57. A maior parte dos bens mais relevantes que compõem essa categoria também teve essa evolução favorável, em razão da apreciação do câmbio e de ganhos de produtividade. A variação de preços do agrupamento *automóvel, veículo e autopeças* foi de 1,3% (IPMI de -0,18) em 2007 e negativa nos outros anos (IPMI entre -0,23 e -0,49), em virtude de intensos ganhos de produtividade da indústria automobilística e da redução do IPI em 2009. Os *outros duráveis e semiduráveis* também tiveram IPMI negativo em todos os anos (entre -0,09 e -0,30), principalmente graças aos preços dos eletroeletrônicos e aparelhos telefônicos, afetados pela apreciação cambial e por ganhos de produtividade. Retirando o subitem *cigarro* dos *outros não-duráveis*, apenas em 2008 o agrupamento teve alta de preços acima da meta (7,5%, IPMI 0,12), nos outros anos a taxa de variação foi entre 2,7% e 3,2% (IPMI de -0,08 a -0,06), também sob influência do câmbio.

Os bens industrializáveis mais relevantes que tiveram em geral aumentos de preços acima da meta foram o grupo *vestuário* e o subitem *cigarro*, que faz parte dos *outros não-duráveis*. O grupo *vestuário*, de peso 6,6%, só teve variação de preços abaixo da meta em 2007, nos outros anos variou entre 6,1% e 7,5% e seu IPMI ficou entre 0,10 e 0,20. O *cigarro*, cujo peso é de quase 1%, teve um aumento de preços de 27% (IPMI 0,19) em 2009, fruto de elevação de impostos, e aumentos entre 5% e 9,6% nos outros anos (IPMI de 0,00 a 0,04). No acumulado em 12 meses de junho de 2011, o IPMI dos produtos industrializados continua negativo (-0,22), quase igual em relação a dezembro de 2010 (-0,23), porque a aceleração nos preços dos não-duráveis foi compensada pela desaceleração dos duráveis e semiduráveis. O IPMI do *vestuário* subiu 0,07 pontos, dos *outros não duráveis* também cresceu 0,07 pontos (0,01 pontos pelo cigarro e 0,06 pelo resto do grupo), de *automóvel, veículo e autopeças* caiu 0,08 e dos *outros duráveis e semiduráveis* caiu 0,05. Para os próximos meses, espera-se que o desaquecimento da economia venha pressionar para baixo os preços do setor como um todo.

## **7. Considerações finais**

A decomposição da variação do IPCA desde 2007 mostra uma estrutura bem definida. Os preços dos alimentos e bebidas têm sido os maiores responsáveis a pressionar a inflação para cima do centro da meta, seguidos pelos preços dos serviços. Os preços *monitorados* e dos produtos industrializados em geral atuaram no sentido oposto, mitigando as pressões inflacionárias dos alimentos e serviços.

O tripé macroeconômico metas de inflação na política monetária, câmbio flutuante e superávits primários na política fiscal foi adotado em 1999 e é mantido há mais de uma década. Dado que no regime de metas para a inflação o papel da política monetária é eminentemente reativo, respondendo aos desvios da inflação em relação à meta e às expectativas de inflação, podem-se apontar três fatores condicionantes da dinâmica inflacionária recente.

- Em primeiro lugar, as intervenções governamentais nos preços monitorados, que até meados da década eram a maior fonte de pressões inflacionárias da economia brasileira e têm desde então ajudado a segurar a inflação. No vencimento de contratos firmados nas privatizações dos serviços públicos de telefonia e energia elétrica, as regras de reajustes foram alteradas, com a substituição de indexadores inadequados e critérios mais apropriados de repasse de custos e ganhos de produtividade. Para o setor de combustíveis, deu-se uma combinação de políticas: a Petrobras suavizando repasses dos preços internacionais do petróleo, alíquota variável da CIDE em sentido contrário às flutuações do preço do petróleo, e a difusão do etanol como substituto à gasolina pelos motores bicompostíveis.
- Em segundo, os preços de *commodities*, que também são determinantes do atual padrão de crescimento brasileiro. Os efeitos do fortalecimento do mercado interno sobre a inflação são mais visíveis no setor de serviços. Nos últimos anos têm apresentado taxas de variação de preços acima do centro da meta, inclusive no ano de 2009, em que a economia esteve em recessão. Isso sugere que não se trata apenas de um aquecimento conjuntural da demanda agregada, mas sim de uma mudança de preços relativos na economia brasileira. Provavelmente é uma transformação decorrente da melhora na distribuição de renda e redução do desemprego, que pressionam os preços de serviços pela via de aumento de custos de mão-de-obra e pelo aumento da demanda por parte da população antes sem acesso a boa parte desses serviços. O canal de custos é mais visível em itens diretamente relacionados à política de valorização do salário mínimo, como *serviços pessoais (empregado doméstico, cabelereiro e outros)* e *mão-de-obra para reparos*. Tal interpretação é válida também para os alimentos e bebidas fora do domicílio, que sofrem pressão de custo direta pelos outros tipos de alimentos, mas também têm a característica de serem serviços. Embora seja uma mudança estrutural, o aumento dos preços dos serviços foi acentuado pelo aquecimento excessivo da economia em 2010.
- Em terceiro lugar, o aquecimento do mercado interno que também provoca efeitos na direção oposta sobre preços de setores em que há economias de escala. É o caso dos

produtos industrializados, em que a expansão da demanda e do crédito ao consumo propiciou ganhos de produtividade no setor de bens de consumo duráveis, especialmente na indústria automobilística. Os preços dos produtos industrializados também são contidos pela taxa de câmbio, que se apreciou fortemente nos últimos anos.

A análise dos efeitos da alta internacional dos preços de *commodities* sobre a inflação doméstica é mais complexa no caso de economias exportadoras desses produtos, como o Brasil, pois é necessário separar os efeitos diretos sobre os preços de alimentos dos efeitos indiretos sobre a economia com a apreciação cambial. Desde 2007, nota-se que houve um repasse intenso dos preços internacionais para os preços internos dos alimentos comercializáveis. Entretanto, como apontam Lora, Powell e Tavella (2011), as pressões inflacionárias resultantes da alta internacional dos alimentos são fracas sobre países exportadores líquidos desses produtos se a apreciação cambial resultante da entrada de divisas for tolerada. Assim, não é suficiente olhar os aumentos internos dos preços de alimentos para dimensionar o efeito total da alta internacional das *commodities* sobre a inflação doméstica, pois essa alta gera apreciação cambial, que alivia pressões inflacionárias de forma distribuída pela economia. No caso brasileiro, ainda contribui decisivamente para a apreciação cambial a taxa de juros excessivamente alta.

A partir da desagregação do IPCA, evidencia-se que a inflação não é um obstáculo estrutural à continuidade do recente modelo de crescimento brasileiro. A alta dos preços de *commodities* e o fortalecimento do mercado interno, que são pilares desse modelo, geram pressões inflacionárias que têm sido debeladas pela apreciação cambial e, em menor medida, pelos ganhos de produtividade dos bens de consumo duráveis. As políticas para os preços monitorados também foram decisivas para conter essas pressões e permitir reduções no nível da taxa real de juros mesmo com a economia crescendo.

Entretanto, para que o elevado nível da taxa de juros e o câmbio fortemente apreciado sejam modificados no âmbito desse modelo, faz-se necessário o uso de instrumentos alternativos para enfrentar a inflação. A alta taxa de juros é um determinante do câmbio apreciado, encarece o custo da dívida pública e inibe o desenvolvimento de fontes privadas para o financiamento de longo prazo. A taxa de câmbio excessivamente apreciada compromete parte da competitividade da indústria. Mas tanto os juros não podem ser reduzidos por mera vontade do Banco Central quanto a apreciação cambial não pode ser contida pela intervenção direta no mercado de divisas sem que a inflação saia de controle. Os objetivos de taxas de juros menores e câmbio competitivo não podem ser alcançados sem o emprego concomitante de outros instrumentos de política. O próprio Banco Central recentemente tem caminhado nessa direção, ao fazer uso do compulsório e de controles do crédito ao consumo, simultaneamente ao aumento da Selic, para reverter o aumento da inflação.

Portanto, faz-se necessário desenvolver métodos de avaliação da eficácia dos atuais mecanismos alternativos adotados de controle da inflação, como as políticas para os preços monitorados e o controle de crédito, e elaborar novos instrumentos simultâneos ao regime de metas.

## **Referências bibliográficas**

AMITRANO, C. O regime de crescimento econômico brasileiro: uma apreciação sobre o período 1995-2009. *In: Brasil em desenvolvimento 2010: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Previsão de inflação com Curvas de Phillips com preços desagregados. **Relatório de Inflação**. Brasília: BCB, v. 12, n. 1, mar. 2010.

BARBOSA, N.; PEREIRA DE SOUZA, J. A. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. *In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Orgs.). Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LORA, E.; POWELL, A.; TAVELLA, P. **How will the food price shock affect inflation in Latin America and the Caribbean?** Inter-American Development Bank (IDB), Policy Brief, abr. 2011.


MARTINEZ, T. S.; CERQUEIRA, V. S. **Estrutura da inflação brasileira: determinantes e desagregação do IPCA**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011 (Texto para Discussão nº 1634).

MATTOS, C. Um panorama das tarifas de telecomunicações no Brasil pós-privatização. *In: MATTOS, C.; FERNANDEZ, E.; SOUSA, F. J. R.; TEIXEIRA, L. (Orgs.). Política de preços públicos no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2ª edição, 2007. p. 39-48.

ORAIR, R.; GOBETTI, S. Governo gastador ou transferidor? Um macrodiagnóstico das despesas federais no período de 2002 a 2010. *In: Brasil em desenvolvimento 2010: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2010.

ROCHA DE SOUSA, F. J. Regras de preço no setor de energia. *In: MATTOS, C.; FERNANDEZ, E.; SOUSA, F. J. R.; TEIXEIRA, L. (Orgs.). Política de preços públicos no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2ª edição, 2007. p. 81-107.

SQUEFF, G. **Controvérsias sobre a desindustrialização no Brasil**. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.



Ipea – Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da  
Presidência da República